

## Serasa S.A.

CNPJ 62.173.620/0001-80  
www.serasaexperian.com.br



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Balanços patrimoniais no período de doze meses findos em 31 de março (Em milhares de Reais)

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas, Interessados e público em geral, as demonstrações financeiras da Serasa S.A. para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017. A Administração da Serasa agradece a todos os seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas e todos aqueles que contribuíram para o seu desempenho no exercício 2018/2017 e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Ativos	31/03/2018	31/03/2017	Passivos	31/03/2018	31/03/2017	Demonstrações do resultado	2018	2017	Demonstrações dos fluxos de caixa	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	54.800	88.963	Obrigações (Nota 13)	1.39.583	126.312	Receita líquida de operações (Nota 19)	2.282.261	2.141.683	Fluxo de caixa das atividades operacionais	470.084	450.601
Outros créditos (Nota 8)	467.414	385.925	Empréstimos (Nota 14)	38.659	42.927	Outros serviços prestados (Nota 23)	729.119	(688.952)	Lucro líquido do exercício		
Insumos para prestação de serviços	854	2.541	Obrigações trabalhistas (Nota 15)	116.168	107.246	Lucro bruto	1.513.143	1.452.731	Ajustes		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 7)	17.710	70.539	Receita diferida (Nota 16)	28.134	36.679	(Despesas) recoltas	(170.845)	(188.872)	Depreciação e amortização (Nota 22)	252.986	227.575
Créditos fiscais	4.295	2.991	Impostos a receber	28.766	16.762	Com vendas (Nota 23)	(170.845)	(188.872)	Imposto de renda e contribuição social	98.381	148.788
Despesas antecipadas	16.907	26.998	Dividendos a pagar	72.409	4.471	Gerais e administrativas (Nota 23)	(584.338)	(531.194)	Despesa de juros sobre multas (Nota 14)	128.172	136.321
Outros créditos (Nota 8)	25.394	27.439	Contas a pagar (Nota 10)	51.557	49.779	Outras (despesas) / receitas operacionais (Nota 24)	23.294	24.093	Despesa residual de imobilizado e intangível baixados ou alienados (Nota 11 e 12)	104.717	40.946
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>621.537</b>	<b>568.387</b>	Outras obrigações	88.966	90.246	Resultado antes do resultado financeiro e impostos	779.854	754.758	Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	18.830	19.416
Ativo financeiro (Nota 9)	584.480	673.861	<b>Total do passivo Circulante</b>	<b>483.863</b>	<b>387.091</b>	Despesas financeiras (Nota 24)	25.412	36.689	Constituição (reversão) de provisão para cancelamentos e descontos (Nota 6)	(4.508)	4.508
Outros créditos (Nota 8)	1.461	1.461	Empréstimos (Nota 14)	800.000	833.923	Lucro antes do I.R. e da contribuição social	677.992	647.648	Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 17)	(6.905)	226
Depósito judicial (Nota 17)	17.646	13.063	Provisão para contingências (Nota 17)	46.458	53.363	Corrente (Nota 9)	(118.527)	(48.259)	base em ações (Nota 18)	3.926	(1.199)
Despesas antecipadas	1.082	3.128	Receita diferida (Nota 16)	9.237	8.595	Diferença (Nota 9)	(89.381)	(48.788)	Receita diferida (Nota 16)	(7.903)	(8.926)
Investimento a longo prazo	603.426	699.241	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>889.696</b>	<b>907.246</b>	Outros créditos (Nota 8)	470.084	450.601	Receita diferida (Nota 16)	1.048.780	1.018.256
Investimento	241	241	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.393.558</b>	<b>1.289.587</b>	Lucro líquido e diluído por ação do capital social - RS	126.28	121.05			
Imobilizado (Nota 11)	207.364	172.480	Capital social (Nota 18 a)	174.000	174.000	<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>			
Intangível (Nota 12)	794.551	756.453	Reserva de ágio (Nota 18 b)	500.250	500.250	<b>Lucro líquido do período</b>	<b>470.084</b>	<b>450.601</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.605.364</b>	<b>1.620.687</b>	Reserva com base em ações (Nota 18 c)	22.008	18.082	<b>Resultados abrangentes</b>	<b>470.084</b>	<b>450.601</b>			
			Dividendos adicionais propostos (Nota 18 e)	52.902	67.937	<b>Resultado antes do imposto de renda</b>	<b>470.084</b>	<b>450.601</b>			
			Outros dividendos adicionais propostos	144.142	144.142	<b>Resultado líquido</b>	<b>470.084</b>	<b>450.601</b>			
			Ajuste de avaliação de lucros	729	5.764	<b>Lucros acumulados</b>	<b>84.559</b>	<b>84.559</b>			
			Ações em tesouraria	(11.288)	(11.288)	<b>Total</b>	<b>450.601</b>	<b>450.601</b>			
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>887.343</b>	<b>899.487</b>	<b>Ativos em</b>	<b>2.226.901</b>	<b>2.189.074</b>			
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.226.901</b>	<b>2.189.074</b>	<b>tesouraria</b>	<b>(11.288)</b>	<b>(11.288)</b>			

Demónstrações das mutações do patrimônio líquido	2018	2017
<b>Em 1º de abril de 2016</b>	<b>174.000</b>	<b>174.000</b>
Lucro líquido do período	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 18 f)	-	-
Remuneração com base em ações (Nota 18 c)	-	-
Distribuição de dividendos do exercício anterior	-	-
Destinação dos dividendos propostos do período - pagos	-	-
Juros sobre capital próprio - pagos	-	-
Destinação dos juros sobre o capital próprio do período	-	-
Destinação dos dividendos propostos do período (Nota 18 e)	-	-
<b>Em 31 de março de 2017</b>	<b>174.000</b>	<b>500.250</b>
Lucro líquido do período	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 18 f)	-	-
Remuneração com base em ações (Nota 18 c)	-	-
Distribuição de dividendos do exercício anterior	-	-
Destinação dos dividendos propostos do período - pagos	-	-
Juros sobre capital próprio - pagos	-	-
Destinação dos juros sobre o capital próprio do período	-	-
Destinação dos dividendos propostos do período (Nota 18 e)	-	-
<b>Em 31 de março de 2018</b>	<b>174.000</b>	<b>500.250</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - 1 Informações gerais:** A Serasa S.A. (a "Companhia" ou "Serasa") é uma sociedade de capital fechado constituída em 26 de Junho de 2006 na cidade de São Paulo, que a partir da emissão da Lei no 11.638/07 passou a ser considerada uma "sociedade de capital fechado e de grande porte" controlada pela GSC Europe Holding B.V., cuja entidade controladora do grupo em última instância é a Experian PLC. A Companhia tem por objeto social, principalmente, a coleta, o armazenamento e o gerenciamento de dados, incluindo a organização, a análise, o desenvolvimento, a operação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e o gerenciamento do risco de crédito de negócios. As emissões de demonstrações financeiras de acordo a Lei no 31 de março de 2018 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de Junho de 2018. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nas exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação - Declaração de conformidade com relação às normas do CPC -** Conforme definido no Estatuto Social da Companhia, seu exercício social tem início em 1º de abril de cada ano e termina no dia 31 de março de cada ano seguinte. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs (1º de janeiro de 2009), e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais precisamos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Normas, alterações e interpretações novas emitidas que ainda não estão em vigor** - Há uma série de novas normas e alterações a normas existentes atualmente em questão, emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2018, e a Companhia não planejamos adotá-las até o ano que termina em 31 de março de 2019. A norma a ser aplicada para a Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019 é o CPC 47 - IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", baseada no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de bens e serviços é transferido para o cliente. Na implementação da IFRS 15, o efeito será em relação a certos contratos, o que exige uma revisão mais aprofundada. Esses contratos estão predominantemente relacionados ao segmento de negócios Decision Analytics. A norma aplicável ao impacto da norma nas demonstrações financeiras foi finalizada e concluímos que a norma terá impacto significativo na sua adoção inicial. A norma é aplicável para a Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma é obrigatória e obrigatória a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de Abril de 2018. O impacto da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de Abril de 2018 baseada-se em avaliações realizadas até a data de emissão dessas demonstrações financeiras e está resumido abaixo. Conforme estudo do cenário econômico por segmento de negócio para análise dos impactos do CPC 48 - IFRS 9, o impacto estimado não é significativo. O impacto estimado do CPC 47 - IFRS 15 em caso de norma fosse adotada até a data de emissão das demonstrações financeiras não é significativo. **2.2 Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte classificação: **2.1 Imposto de renda e contribuição social diferida** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a. Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou o imposto estimado sobre o lucro líquido do período de um negócio e o montante a ser pago para pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refleto as incertezas relacionadas a sua aplicação, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Despesa com impostos de renda e contribuição social diferida** - O imposto diferido é reconhecido no balanço patrimonial, sendo calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias. O imposto diferido é reconhecido em termos de ativos e passivos contábeis, desde que as diferenças temporárias sejam reversíveis e independentes do controle da Companhia. **2.6 Conversão em moeda estrangeira - a. Moeda Funcional** - A moeda funcional é a e apresentação da Companhia e o real (R\$). Todas as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais usando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas em balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.7 Imobilizado - a. Reconhecimento e mensuração** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído da imobilização na data de transição para as novas CPCs. Quando há uma significativa mudança de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, eles são registrados como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes** - Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **c. Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para depreciar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Itens do imobilizado Taxa anual de depreciação - %**

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação - %
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	20
Edificações	10
Móveis e utensílios	10
Equipamento de computação	20
Outros valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)".	

**2.8 Ativos Intangíveis** - O ativo intangível está composto por gastos com desenvolvimento de novos produtos, marcas e patentes; sistemas de computação; base de dados; e ágio. **a. Reconhecimento e mensuração** - **Base de dados** - São reconhecidos como ativos intangíveis os gastos com a compra e compartilhamento de informações utilizadas nas bases de dados, bem como a remuneração e respectivos encargos sociais das equipes de profissionais que trabalham diretamente com o desenvolvimento de tais bases. **Sistemas de computação (software)** - São reconhecidos como ativos intangíveis os gastos com novas aquisições, bem como o aperfeiçoamento ou expansão do desempenho dos softwares para além de suas aplicações originais. Esses gastos são compostos basicamente de custos de desenvolvimento de softwares relacionados ao processo de desenvolvimento dos softwares. **Gastos com desenvolvimento de novos produtos** - São reconhecidos como ativos intangíveis quando gerado demonstrado que seja provável que seus projetos tenham viabilidade técnica e o ponto de vista comercial, possa gerar benefícios econômicos futuros, intenção de concluir e os utilizá-los, e quando seus custos puderem ser mensurados de forma confiável por uma sistemática razoável. **Ágio** - O ágio (goodwill) é representado pela diferença entre o valor pago e o valor justo líquido de um negócio e o montante a ser pago para adquirir o ativo e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições é controlado e registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras. No caso de aplicação de deságio, o montante e registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). **Ágio e contabilização pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment.** Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas em relação ao ágio incluem o valor contábil do ágio relacionado com o ágio e a entidade vendida. **2.9 Imposto de renda e contribuição social a recuperar** - O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ou (IGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **b. Custos subsequentes** - Os custos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com amortização de marcas e patentes, são reconhecidos no resultado corrente incorridos. **c. Amortização - Base de dados** - Esses dependentes são amortizados utilizando-se o método linear para alocar o custo durante sua vida útil de cinco anos a base de dados do bureau de crédito e de três anos para a base de dados de marketing. **Sistemas de computação (software)** - Os gastos com aperfeiçoamento ou expansão são amortizados utilizando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. **Gastos com desenvolvimento de novos produtos** - Os gastos com desenvolvimento de novos produtos são amortizados desde que demonstrado que seja provável que, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **Ágio** - O ágio não é amortizado. **2.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - a. Ativos não financeiros** - Os ativos que

estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que ocorrem mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável e se ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável ("impairment"). Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (IGCs)). **Ativos financeiros não-derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros em valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: inadimplência ou atrasos do devedor; reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; indicação de que o devedor ou o emissor não está em falência/recuperação judicial; mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras ou - dados observados indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **2.10 Receita Recorrente** - As receitas diferidas correspondem aos valores recebidos de clientes, relacionados ao valor dos serviços de certificados digitais, serviços de marketing, serviços de modelagens estatísticas de comercialização de serviços de créditos para as empresas, porém os serviços não foram completamente prestados. Essas receitas são registradas no resultado, com os respectivos custos, no momento em que são prestados os serviços. **2.11 Benefícios a empregados - Benefícios de curto prazo a empregados - a. Participação nos lucros e bônus** - O reconhecimento dessa participação é efetuado quando o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia, em geral, no encerramento do exercício social. **b. Remuneração com base em ações** - O plano de outorga de ações oferecido pela administração para cada período de tempo é baseado no custo da despesa de outorga no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido. **2.12 Provisões, contingências passivas e ativas** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas de acordo com a qualidade de crédito oferecido pela Companhia para cada período de tempo. **2.13 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor dos serviços realizados e a receita reconhecida em função das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, descontos, abatimentos, dos descontos e da provisão para descontos e cancelamentos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **Venda de serviços** - A receita corresponde ao valor faturado dos serviços prestados e a estimativa do valor dos serviços já realizados, a serem faturados. A receita é reconhecida tendo como base a execução dos serviços e a confirmação de pagamentos realizados até a data do balanço. **2.14 Resultados financeiros** - As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem: Receita de Juros - Despesa de Juros - Ganhos/perdas líquidas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda - Ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros - Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contos a receber). As receitas e despesas são reconhecidas no resultado. **2.15 Dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia e reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, e ainda não pago, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. Quando o pagamento é feito na forma de juros sobre capital próprio, o benefício fiscal correspondente a uma parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado. **2.16 Dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia e reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, e ainda não pago, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. Quando o pagamento é feito na forma de juros sobre capital próprio, o benefício fiscal correspondente a uma parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado. **2.17 Ativos e passivos financeiros** - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício. **2.18 Diferenças temporárias** - O imposto de renda e contribuição social diferidos são o resultado de empresas que detinham participação na Companhia e de diferenças temporárias. Os tributos diferidos na incorporação estão fundamentados por projeção de rentabilidade futura que é objeto de revisão anual pela administração (Nota 9). **Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são determinados usando o método de mercado para o período de tempo em questão, do tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são observáveis e são determinados usando o método de mercado. A aplicação das técnicas de avaliação dos níveis acima consta demonstrada na Nota 21, sobre instrumentos financeiros. **4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes (Nota 6), antes das provisões, é calculada com base em uma avaliação do risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação desse crédito mediante cobrança amigável. Essa avaliação não contempla o caso de serviços a faturar. **4.1 Estratégias** - A qualidade do risco de clientes pode ser demonstrada conforme segue: **2018** **2017**

Estratégias	2018	2017
Corporativas	163.043	139.430
Corporativas	119.150	123.169
Pequenas e Médias Empresas (PME)	115.714	101.574
	397.907	364.173

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados: Clientes estratégicos, Clientes de médio porte e Clientes de baixo porte. Os tipos de clientes são classificados em Clientes estratégicos, Clientes corporativos, cuja probabilidade é de 1,08% de atrasar mais que 180 dias sobre o total das vendas para esse grupo. Clientes PME (Pequenas e Médias Empresas), cuja probabilidade é de 2,17% de atrasar mais que 180 dias sobre o total das vendas para esse grupo. **5 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e bancos 8.299 15.209 Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) 1.958 131 Fundos de investimento em renda fixa 72.689 39.297 Partes relacionadas (Nota 10) 17 163 **88.963 54.800** A Companhia adota política conservadora na gestão de suas disponibilidades, por meio de políticas de investimentos que consideram as três principais classes de riscos: mercado, liquidez e crédito. As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de investimento em renda fixa, a rentabilidade média dos investimentos foi de 99,87% do CDI, já líquido de taxas de administração (em 2017 - 101,36%). Essas aplicações possuem como principal característica a liquidez imediata. **6 Contas a receber de clientes** Contas a receber de clientes 397.907 364.173 Contas a receber de clientes 109.177 68.044 **507.084 432.217** (39.670) (46.292) (467.414) (385.925) **2018** **2017**

Composição das contas a receber por faixa de vencimento	2018	2017
Saldos a vencer	392.716	336.279
Saldos vencidos até 30 dias	31.727	(576)
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	11.490	(774)
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	12.079	(917)
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	11.113	(2.898)
Saldos vencidos de 181	14.445	(11.944)
Vencidos acima de 360 dias	32.250	(22.240)
Saldos vencidos de 360 dias	507.084	(39.670)

A movimentação das provisões para devedores duvidosos e para descontos e cancelamentos é a seguinte: **2018** **2017**

Composição das contas a receber por faixa de vencimento	2018	2017
Saldos a vencer	392.716	336.279
Saldos vencidos até 30 dias	31.727	(576)
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	11.490	(774)
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	12.079	(917)
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	11.113	(2.898)
Saldos vencidos de 181	14.445	(11.944)
Vencidos acima de 360 dias	32.250	(22.240)
Saldos vencidos de 360 dias	507.084	(39.670)

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados: Clientes estratégicos, Clientes de médio porte e Clientes de baixo porte. Os tipos de clientes são classificados em Clientes estratégicos, Clientes corporativos, cuja probabilidade é de 1,08% de atrasar mais que 180 dias sobre o total das vendas para esse grupo. Clientes PME (Pequenas e Médias Empresas), cuja probabilidade é de 2,17% de atrasar mais que 180 dias sobre o total das vendas para esse grupo. **5 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e bancos 8.299 15.209 Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) 1.958 131 Fundos de investimento em renda fixa 72.689 39.297 Partes relacionadas (Nota 10) 17 163 **88.963 54.800** A Companhia adota política conservadora na gestão de suas disponibilidades, por meio de políticas de investimentos que consideram as três principais classes de riscos: mercado, liquidez e crédito. As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de investimento em renda fixa, a rentabilidade média dos investimentos foi de 99,87% do CDI, já líquido de taxas de administração (em 2017 - 101,36%). Essas aplicações possuem como principal característica a liquidez imediata. **6 Contas a receber de clientes** Contas a receber de clientes 397.907 364.173 Contas a receber de clientes 109.177 68.044 **507.084 432.217** (39.670) (46.292) (467.414) (385.925) **2018** **2017**

Composição das contas a receber por faixa de vencimento	2018	2017
Saldos a vencer	392.716	